

**CONSELHO GESTOR DELIBERATIVO DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO LITORAL DO PARANÁ – TAJ LITORAL DO PARANÁ**

**Extrato da Ata da 2ª Reunião Extraordinária**

<b>Data:</b> 07 de julho de 2022	<b>Local:</b> virtual - teams
<b>Horário:</b> 10:00 hs -12:00 hs	
<b>Número total de participantes:</b> (conforme lista de presença, anexo I)  Presidente da reunião: Eduardo Vedor - UFPR Secretaria Executiva: Daniela Leite e Manuela Muanis, Funbio	
<b>Pauta:</b>  1. Verificação de quórum e sugestões adicionais para a pauta  2. Informes e Repasses 2.1 Informe sobre andamento do AC ICMBio/Funbio 2.2 Informe sobre relatoria de auditoria e divulgação do link  3. Apresentação dos saldos atualizados do Programa  4. Atualização sobre o processo de contratação consultoria PELP Apresentação do consultor contratado Levantamento de expectativas do Conselho Gestor Encaminhamentos – definição de Câmara Técnica  5. Agendamento da próxima reunião extraordinária, cuja pauta será Comunicação do Programa. Encerramento.	

**I. Item 1: Abertura da Reunião, verificação de quórum e sugestões adicionais para a pauta**

O presidente do Conselho Gestor, Eduardo Vedor, abre a reunião e dá as boas-vindas a todos, reforçando o papel da presidência, que é a condução da reunião do Conselho Gestor, tendo o Funbio como apoio.

Dra. Dalva informa que conversou com a Dra. Monique e também com a Dra. Cristiana, sobre a participação dos Ministérios Públicos nestas reuniões do Conselho Gestor. Considerando que são órgãos fiscalizatórios, entendem que não cabe a presença do MPF e MPPR, de forma que assim o Conselho terá mais liberdade para a tomada de decisões e posteriormente, os MPs podem acompanhar e fiscalizar com maior isenção as tomadas de decisão. O acompanhamento periódico poderá ser feito nas reuniões em paralelo que os MPs

têm com o Funbio e ICMBio.

Dra. Monique se apresenta como a nova responsável pela coordenação ambiental do estado do Paraná, assumindo a posição da Dra. Cristiana. Reforça o posicionamento apontado pela Dra. Dalva, sobre a participação dos MPs no Conselho, e pede esclarecimentos sobre o momento em que isso foi definido – se seria uma intervenção definida por antigos colegas dos MPs, ou se foi algum ajuste expresso, uma vez que haverá o acompanhamento do Programa através da instauração de um procedimento administrativo próprio. Daniela resgata o histórico: antes da formação do Conselho Gestor, foram feitas primeiras tratativas com os MPs e ICMBio, para alinhamentos iniciais, até que o Conselho fosse formado, e então as definições fossem direcionadas por esta instância deliberativa. As reuniões de alinhamento foram feitas desde novembro de 2021, e desde então os MPs sempre foram informados e convidados para participação nas reuniões do CG, mas não é uma condicionante. Conforme estabelecido no TAJ, ITEM 4. Estrutura de Governança, item 4.1 “O MPF e o MPE fiscalizarão este acordo e, neste sentido, poderão: (i) acompanhar a implementação, execução e fiscalização do Programa; (ii) contribuir para a promoção da divulgação do Programa e de seus resultados; (iii) ser comunicado previamente de todas as reuniões, em qualquer instância, podendo participar de todas, sem direito a voto.”

Confirmação sobre a reunião de acompanhamento dos MPs, pré-agendada para o dia 11 de julho de 2022.

O segundo ponto que a Dra. Monique destacou foi em relação a uma audiência pública na Assembleia Legislativa. Eduardo apontou a alta expectativa deste TAJ, para atendimento também às UCs do estado e que está sendo confundida por colegas da Assembléia com outro TAJ, e que isso originou essa audiência pública no dia 6.7, e que foi adiada. Dra. Monique pontua que há um compromisso firmado junto aos MPs, e falando pelo MPF, há um acordo homologado, então deve ser questionado o objetivo da convocação e participação nessa audiência pública. É preciso entender para verificar a forma de resposta. Não há sentido disso ser avaliado isoladamente pelo Funbio, e nem o Funbio prestar esclarecimentos de forma isolada.

**Encaminhamento: Funbio deve enviar para Dra. Monique um levantamento do que está sendo alegado, para ser tratado na reunião do dia 11.07 entre MPs, Funbio e ICMBio.**

Dra. Monique reforça que o Funbio foi chamado por conta dos Ministérios Públicos e que os esclarecimentos já estão nos autos. Manuela Muanis se apresenta e concorda com os apontamentos da Dra. Monique, reforçando que o Funbio se coloca à disposição, no sentido de esclarecer o papel da instituição nesse arranjo.

MPs se retiram da reunião, e os membros do Conselho seguem conforme a pauta colocada.

Eduardo continua a reunião fazendo um agradecimento especial ao Prof. Paulo Lana, que trabalhou intensamente na Comissão de Acompanhamento de Processos, pessoa chave na condução da Comissão. Certamente um profissional que deixou sua marca no Programa.

Eduardo confirma a pauta e questiona se há alguma inclusão de tema. Natasha, vice-presidente do Conselho Gestor e representação da SPVS solicita a inclusão de discussão sobre ações estratégicas para fortalecimento de UCs.

Eduardo sugere que o tema seja incluído na próxima reunião no dia 14, sendo então 2 dois pontos:

Comunicação e uma agenda emergencial para fortalecimento de UCs.

#### 2.1 Informe sobre o AC ICMBio/Funbio

Virginia informa que o processo do AC foi aprovado pelo Comitê Gestor do ICMBio na semana passada, e em breve será encaminhado pelo Gabinete da Presidência para assinatura das partes.

#### 2.2 Informe sobre relatoria de auditoria e divulgação do link

Daniela informa que o relatório de auditoria referente a 2021 já está publicado no site do Funbio e foi encaminhado anteriormente por e-mail para os membros do Conselho.

### II. Item 3: Apresentação dos saldos atualizados do Programa

Daniela apresenta os valores atualizados de rendimentos, saldos e execução do Programa, conforme anexo II (ppt). O saldo atualizado em 30.06.2022 é de R\$ 53.857.486,88 para a modalidade IA e de R\$ 64.644.305,29 para a modalidade III. Os depósitos foram feitos em 13.10.2022 e os rendimentos acrescidos são contabilizados desde esta data.

### III. Item 4: Atualização sobre o processo de contratação do consultor - PELP

Daniela resgata o trabalho realizado pela Comissão de Acompanhamento de Processos, composta pelo Funbio, Luiz Faraco (ICMBio) e Paulo Lana (UFPR), a saber: 1ª reunião: 27.04.22 – Revisão do TdR, critérios de Avaliação, pontuação e definição do roteiro das entrevistas; 2ª reunião: 31.05.22 – Definição de metodologia para filtro de candidatos que manifestaram interesse preenchendo formulário publicado; definição de lista com 08 nomes para envio de currículos; 3ª reunião: 22.06.22 – Definição de lista curta a partir de análise individual dos currículos; 27.06.22 – Entrevistas com os 03 candidatos; 28.06.22 – Reunião de deliberação sobre resultado; 28.06.22 – Reunião com o presidente do Conselho Gestor para atualização do processo e informação sobre resultado; 29.06.22 – Solicitação de proposta ao candidato selecionado; 04.07.22 – Recebimento de proposta; 04.07.22 – Reunião do Funbio com consultor para negociação; 04.07.22 – Apresentação de proposta ajustada. No momento, o contrato está sendo elaborado.

Daniela relembra que é necessário deliberar os custos recorrentes para a consultoria, em torno de R\$ 40 mil. Prestados os devidos esclarecimentos a respeito desses custos recorrentes, o conselho aprovou o valor estimado.

**Deliberação: aprovação de custos recorrentes estimados para a consultoria, de R\$ 40 mil.**

#### **Apresentação do consultor contratado.**

Daniela dá as boas vindas ao consultor contratado, Rogério Cabral, que agradece e informa que sabe das expectativas em relação ao PELP. Rogério reforça que este é um primeiro contato com o CG e que precisarão conversar muito para incluir no PELP a visão das instituições representadas. Em um breve resgate de seu histórico profissional, Cabral pontua que se debruçou em sua carreira na tentativa de entender como as ferramentas de gestão podem contribuir para a conservação da biodiversidade.

Trabalhou em indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e automotivas, da iniciativa privada, e buscou o estado da arte em gestão – planejamento estratégico, mapeamento de processos e gestão de pessoas, nesses outros segmentos. A partir de 2003 começou a direcionar seu conhecimento para ser aplicado na área de conservação ambiental. Abriu a palavra para os membros do Conselho Gestor, dúvidas e perguntas, expectativas sobre a duração do PELP e quais elementos não podem faltar nesse exercício de construção do planejamento. Assumiu um certo ceticismo em relação a planos de maneira geral, reforçando que os planos não se esgotam em si, sendo uma etapa do gerenciamento, e esta é uma preocupação em relação a esse trabalho. A expectativa pode esconder o grande desafio que é a implementação do plano, e uma parte do trabalho deverá ser transferir parte dessa expectativa e ansiedade em relação ao plano, para sua execução, que é sempre muito mais difícil do que planejar. O plano em si é um grande acordo, definição de prioridades, elencar prioridades, dizer não para algumas coisas, e por melhor que seja o plano, se não houver uma disciplina e um foco em sua execução, esse plano não se converte em ação e muito menos em resultados. O que o consultor entende que a construção do Plano é uma oportunidade de estabelecer diálogo com quem pensa diferente sobre o futuro do desenvolvimento do litoral do Paraná.

De uma forma muito genérica, a abordagem será sempre de diálogo e respeito a quem pensa diferente, a quem pensa outros futuros para o território e se isso não for considerado na elaboração do Plano, este estará incompleto. A falta de conhecimento do território vai exigir muito mais escuta, observação, leitura e análise nessa fase inicial, por outro lado é positivo não conhecer os atores, não ter vícios nas relações com empresas privadas ou ONGs que por exemplo atuem historicamente na região, de forma que há prós e contras nessa realidade.

A dicotomia entre conservação e desenvolvimento é uma questão chave. A CDB está nesse momento discutindo as novas metas de conservação da biodiversidade, atualizando a estratégia, e um dos aprendizados que os 20 anos dessa estratégia de conservação da biodiversidade no nível global trouxe é que atuar sobre agressões e ameaças é enxugar gelo. Durante muitos anos as metas de Aichi estavam orientadas para reduzir as pressões e eliminar as ameaças, e um dos aprendizados que precisamos trazer para este recorte territorial é a visão de que é necessário transversalizar a conservação, que não deve ser uma agenda das unidades de conservação, dos órgãos ambientais. Transversalizar a conservação de forma que faça parte do processo decisório de outras agendas de outros setores que não só da conservação. E a própria CDB tem como seu ultimo objetivo, com um conjunto de estratégias, que é criar as condições, e o PELP pode ser uma oportunidade em aumentar a inteligência dos atores da região para pensar o território de maneira integrada e coletiva. O PELP pode induzir outros exercícios de planejamento e financiamento da conservação se entendermos que apenas o TAJ é insuficiente para solucionar os problemas, usando-o como uma ancoragem para amarrar outras iniciativas. O que está se discutindo hoje a nível global são os insucessos da conservação da biodiversidade, e a proposta do Rogério é como trazer isso para um recorte territorial. Daniela reforça a necessidade do PELP ter um viés executivo, apresentando caminhos claros a curto prazo, numa preocupação com o início da execução imediata dos recursos. Sugere a formação de uma Câmara Técnica para acompanhamento da consultoria, instância vinculada ao CG.

#### IV. Item 5: Agendamento da próxima reunião extraordinária.

Agendada uma reunião para o dia 14/07 para tocar os assuntos 'Comunicação' e a questão trazida pela SPVS, entretanto as deliberações deverão ser feitas em reunião no dia 21/07, em função de quórum.

#### V. Próximos Passos

Item Pauta	Ação	Assunto	Data
5	3ª Reunião Extraordinária preparatória	Apresentação dos 02 temas	14.07.22
5	3ª Reunião Extraordinária (continuação)	Deliberações sobre os 02 temas	21.07.22

#### VI. Resumo das deliberações:

Item da pauta	Deliberação
4	Aprovação de custos recorrentes estimados para a consultoria, de R\$ 40 mil.

Anexo I: Listas de presença de membros do Conselho Gestor e outros participantes